

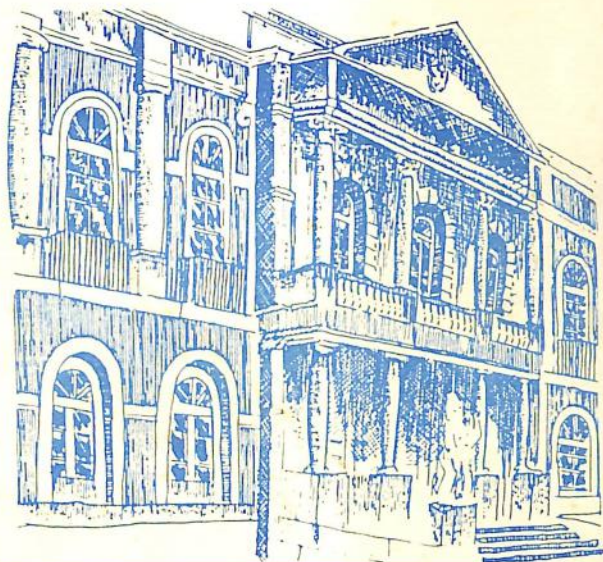
S
UFRJ/IEI
10235

034367-6



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 235

ESTRUTURA INDUSTRIAL E DISTRIBUIÇÃO
DE RENDA

Lia Haguenauer

Junho/1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



ESTRUTURA INDUSTRIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (*)

Lia Haguenauer
Junho/1990



43 - 016588

(*) Este trabalho foi desenvolvido dentro do projeto "Estrutura e Política Industrial", com financiamento da Fundação Banco do Brasil. Agradeço a Ana Cláudia de Além a organização e compilação dos dados básicos e a José A. Raupp o cálculo do consumo indireto. E a Ricardo Tauile o incentivo permanente e sugestões para a melhoria do texto final.



ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE



UFRJ
BIBLIOTECA
Data: 19 / 07 / 90
N.º Registro: 034367-6

S
UFRJ/IEI
TD 235

ms 88749

FICHA CATALOGRÁFICA

HAGUENAUER, Lia

Estrutura industrial e distribuição de renda/
Lia Haguenauer. — Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.
38p., 21cm. — (IEI/UFRJ. Texto para Discussão; n. 235).

1. Estrutura Industrial. 2. Produção Industrial. 3. Distribuição de Renda. 4. Salário.

INTRODUÇÃO

A economia brasileira apresenta, ao final da década de 80, uma estrutura industrial complexa e diversificada e que se coloca, por seu volume, junto aos países desenvolvidos no "ranking" mundial. O superávit na sua balança comercial, nos últimos anos, só é superado pelos do Japão e da Alemanha Ocidental. No entanto, os salários pagos pelas empresas nacionais, assim como os dados relativos ao consumo per capita dos diversos produtos em que o país se encontra nos primeiros lugares na produção mundial, não correspondem absolutamente a esta situação⁽¹⁾. A distribuição da renda também é muito distante da que se observa em países desenvolvidos (e mesmo na maioria dos países com níveis muito inferiores de desenvolvimento): os 5% mais ricos da população detêm 31% da renda, segundo pesquisas junto às famílias (IBGE, PNAD-86), e que reconhecidamente subestimam as rendas mais elevadas. Disso resulta que os índices de escolaridade, nutrição, mortalidade infantil e demais indicadores sociais no Brasil só encontram similares entre os países mais pobres e atrasados socialmente do mundo.

A redução da discrepância entre o desenvolvimento da capacidade produtiva e o baixo padrão de vida da maioria da população brasileira, além de ser um imperativo social, é necessária à própria evolução do sistema produtivo. Em grande medida, a estagnação da economia brasileira na presente década resulta da falta de dinamismo do mercado interno. O descompasso entre a estrutura de produção e a demanda interna recorrentemente se agrava, interage e amplia os problemas centrais da economia brasileira -- marginalização de grande parte da população, baixos níveis de investimento, estagnação, especulação financeira, dívida interna e externa, inflação, instabilidade econômica e social.

A superação desta situação necessariamente implica, em primeiro lugar, a melhoria na distribuição funcional da renda -- entre salários e excedente -- e, a seguir, a redução do leque salarial. O caminho lógico é a elevação gradual do piso nacional de salários, num movimento inverso ao que vem ocorrendo no país. Nos anos 70 e ao início dos 80, o salário mínimo representava cerca de 60% de seu valor ao início da década de 60 e até o final de

1989 seu poder de compra foi ainda reduzido quase que à metade.

Não se pretende aqui avaliar a repercussão de aumentos do salário mínimo ou piso nacional sobre a massa salarial, tema ainda controverso entre especialistas da economia do trabalho. A coletânea de artigos organizada por Sedlacek e Barros (1989) dá uma visão do estado atual das discussões sobre o assunto no país e aponta algumas tendências observadas na década de 80 que ajudam a compreender aspectos atuais desta relação: (1) mesmo não havendo entre os autores consenso sobre a conceituação precisa de trabalho informal, há acordo em que a instabilidade e estagnação da economia brasileira tem levado a uma crescente informalização do trabalho, colocando fora do alcance de medidas institucionais parcelas crescentes da população economicamente ativa⁽²⁾; (2) todas as estatísticas apontam para uma redução da proporção de empregados recebendo até 1 salário mínimo à medida que este decresce de valor real; (3) os pisos salariais negociados pelas categorias mais organizadas dos trabalhadores vêm se distanciando cada vez mais do piso nacional oficial. Além disso, dados mais recentes mostram que o rendimento médio dos assalariados com carteira assinada é atualmente cerca de 5 vezes o piso nacional de salários (ver Tauile e Young, 1989). E o índice dos salários de contratação, desde março de 1986, tem evoluído sistematicamente acima do índice de salário mínimo (Ministério do Trabalho, 1988).

Estas evidências parecem indicar que, embora vital para os trabalhadores diretamente afetados, apenas a partir de um piso salarial substancialmente mais elevado que o atual, efetivamente ocorreriam impactos significativos sobre a massa salarial da economia brasileira. E somente com o crescimento econômico e incorporação ao mercado formal das parcelas hoje marginalizadas, a níveis salariais razoáveis, ter-se-ia de fato uma mudança no padrão de distribuição de renda.

Dois aspectos devem ser considerados quando se analisam as possibilidades de melhoria na distribuição de renda através do aumento dos salários de base, especialmente numa economia com tendências à inflação explosiva como a brasileira: a capacidade das empresas arcarem com o aumento de custo representado pela elevação dos salários sem repassá-lo aos preços e a possibilidade da

oferta de bens e serviços se adequar à nova estrutura de demanda.

Quanto ao primeiro aspecto, tanto a disparidade entre os salários médios pagos no Brasil em relação a países com nível de desenvolvimento semelhante como a deterioração do valor relativo dos rendimentos do trabalho apontam no sentido de que sua elevação poderia ser perfeitamente absorvida, enquanto custo, pelas empresas. Especificamente com relação às empresas industriais, o peso dos salários no valor da produção em 1970 era de 10,6%; em 1980, 7,7% e em 1984, 6,4% (IBGE, Censos Industriais e Pesquisa Industrial Anual). Considerando ainda que em todos os setores a produtividade do trabalho aumentou significativamente entre 1970 e 80 e em grande parte deles continuou se elevando mesmo na década de 80⁽³⁾, pode-se supor que há bastante espaço para uma recomposição do valor real dos salários.

É sobre o segundo ponto que se detem este estudo, ou seja, sobre as necessidades de ajustamento da atual estrutura industrial frente a uma melhoria no perfil de distribuição de renda. Especificamente, o objetivo central é identificar os setores que podem vir a representar estrangulamentos, do lado da oferta, diante de uma elevação do consumo da população de baixa renda. Este trabalho se concentra na oferta real de bens e serviços, pressupondo que questões como a distribuição intercapitalista da renda são resolvidas em outras instâncias, assim como sua distribuição funcional, cuja viabilidade "técnica" parece clara, mas que também depende de acertos políticos para concretizar-se.

A proposta básica é verificar em que setores é relevante a proporção da produção destinada às pessoas de menor rendimento e dos quais, portanto, seria exigido um esforço maior no sentido de ampliação da produção no caso de uma mudança no perfil de consumo. A impossibilidade de expansão da oferta - seja através de maior utilização da capacidade produtiva instalada, da ampliação e/ou modernização desta capacidade, da elevação dos níveis de eficiência ou de produtividade - pode se converter no fator limitativo à melhoria real dos salários de base da economia brasileira⁽⁴⁾.

A seguir é descrita a metodologia adotada para a avaliação das estruturas de produção e de consumo das famílias de baixa renda em 1988. No item seguinte procede-se a uma primeira análise

se dos setores identificados como críticos do ponto de vista de um aumento deste consumo. Os setores são analisados dentro dos complexos industriais em que estão inseridos, procurando-se avaliar, numa primeira instância, as possibilidades de ampliação de produção tendo em vista sua situação atual e desempenho recente.

METODOLOGIA

A primeira questão que se coloca diz respeito à definição da população de baixa renda. Uma definição interessante seria a população diretamente afetada pela elevação do piso nacional de salários, de modo a se poder de imediato responder à seguinte questão básica: de quanto poderia aumentar o piso nacional de salários hoje, sem que o desabastecimento ou a inflação impeçam que este aumento nominal se transforme em aumento real de poder aquisitivo. Esta definição permitiria o estabelecimento de uma ligação direta entre política salarial e política industrial, a partir da explicitação das modificações necessárias na estrutura de produção. No entanto, como já mencionado, há problemas teóricos e empíricos relacionados a esta questão. Não há certamente uma relação linear entre piso salarial e massa de salários ou consumo. Pode-se supor que pequenos aumentos no piso oficial, atualmente, tenham pequena repercussão na renda e consumo, tanto dos trabalhadores formais como dos informais; a determinação do nível a partir do qual e com que intensidade, elevações mais significativas do piso se fariam sentir na demanda exigiria estudos específicos de certo vulto.

Outra possibilidade seria tomar a população definida pela linha de pobreza. Duas ordens de fatores contra indicam esta solução: por um lado, como mostra a resenha de Lustosa e Figueiredo (1989), há vários pontos controversos quanto ao conceito e metodologia a serem adotados; por outro lado, a população assim definida incluiria pessoas efetivamente marginalizadas, cujas rendas não seriam afetadas, pelo menos a curto e médio prazos, por políticas de elevação dos salários de base⁽⁵⁾; ao mesmo tempo excluiria aqueles que recebem, dentro do mercado formal, salários próximos ao piso e que certamente teriam também seus rendimentos alterados à medida em que se elevasse o salário de base.

Optou-se assim, como primeira referência, pela consideração de uma faixa ampla, englobando toda a população economicamente ativa (PEA) que ganha até 5 salários mínimos. Esta faixa representava, em 1986, 82% da PEA e 39% dos rendimentos (IBGE, PNAD).

A comparação das estruturas de produção e consumo, assim como o estabelecimento da hierarquia dos setores críticos, segundo a metodologia proposta, prescindem da especificação precisa da população. Outras definições da população de baixa renda não alterariam os resultados, desde que se considerasse a mesma estrutura de consumo. Apenas parece interessante associar valores absolutos de produção e consumo, o que torna necessário fixar uma faixa específica de referência.

Por outro lado, o consumo pessoal tem um sentido mais preciso quando associado a famílias (e não a pessoas), tendo-se utilizado, por conseguinte, uma estrutura de consumo familiar, descrita mais adiante. No entanto, considerou-se interessante manter uma referência a rendimentos individuais, possibilitando que análises futuras estabeleçam ligações com a política salarial.

Com relação à estrutura produtiva, os últimos dados disponíveis quanto ao valor absoluto da produção industrial referem-se a 1984 (IBGE, Pesquisa Industrial Anual). Sua atualização foi feita basicamente pela aplicação dos indicadores específicos de variação da produção física até 1988. Foram incluídas algumas estimativas para a atividade informal e a produção de produtos industriais na agropecuária, e realizados ajustes em determinados produtos de acordo com outras informações disponíveis. Optou-se pela inclusão de todos os setores da economia, de modo a se ter uma visão global, embora a análise abarque apenas os segmentos industriais. Os dados para a agropecuária tiveram tratamento semelhante (com base em levantamentos específicos realizados pelo IBGE) e para serviços partiu-se dos valores absolutos de 1980 (Matriz de relações intersetoriais) atualizados para 1984 pelos índices do produto a preços correntes e do produto real daí até 1988, segundo o detalhamento disponível nas Contas Nacionais. Os resultados foram convertidos em dólares de 1984 pela taxa média do ano e inflacionados pelo dólar para 1988. Chegou-se assim a um vetor do valor bruto da produção valorado em dólares de 1988 mas refle-

tindo a estrutura de preços relativos interna de 1984. Considerou-se preferível manter esta valoração, anterior aos desalinhamentos provocados pelos sucessivos congelamentos e escalada inflacionária.

Este vetor foi inicialmente construído para 136 produtos (grupos de bens e serviços) a fim de se ter uma melhor estimativa do consumo pessoal e maior compatibilidade com as informações relativas às exportações e à estrutura do consumo familiar. Para a avaliação do consumo indireto da população de baixa renda - consumo intermediário necessário à produção de bens e serviços diretamente consumidos pela população - o vetor foi reorganizado por setor, abrangendo 88 atividades produtivas. Os resultados a nível de produto envolvem mais estimativas, sendo portanto menos confiáveis, e os dados disponíveis relativos ao consumo intermediário são unicamente referidos a setores, sendo este, assim, o nível dos resultados finais do estudo.

Não se dispondo de uma estimativa atualizada quando à composição do consumo pessoal, optou-se pela sua avaliação direta, de forma compatível com a estrutura de produção. O consumo familiar é sempre obtida de forma residual, deduzindo-se do valor bruto da produção o consumo intermediário e demais elementos da demanda final (consumo do governo, formação bruta de capital, exportações). Destas categorias, os elementos mais instáveis em relação à produção são as exportações e o investimento.⁽⁶⁾ Como há pouca interação entre o consumo pessoal e a formação de capital, tomou-se como parâmetro a relação observada em 1980 (Matriz de relações intersectoriais) entre o consumo familiar e a produção deduzida das exportações, a nível dos 136 grupos de produtos. O consumo de 1988 foi obtido a partir da aplicação desta relação ao valor da produção estimado para este ano, também deduzido das exportações, para cada produto.

Estimou-se então o consumo da população de baixa renda, admitindo que sua participação no consumo total (tomando aqui não por produto, mas o somatório) seria idêntica à participação nos rendimentos, ou seja, 39%. Esta associação entre renda e consumo não é rigorosa: se, por um lado, superestima o consumo da faixa de baixa renda, já que os rendimentos mais altos são geralmente

subestimados em pesquisas domiciliares, por outro, a existência de poupança nas classes de renda mais elevadas torna sua participação no consumo proporcionalmente menor. A estimativa do consumo pessoal total por produtos, por construção compatível com a produção e exportações, foi útil na avaliação da consistência geral dos dados, servindo de referência no confronto com o consumo de faixa restrita. Embora se tenha tomado o consumo da população de baixa renda como uma proporção fixa do consumo total, nos resultados finais, para bens essenciais, como por exemplo leite beneficiado, a faixa seria responsável por 81% do consumo familiar deste produto (proporção semelhante à sua participação na população), enquanto que em produtos mais sofisticados, como laticínios, o consumo da faixa restrita seria de apenas 23,5% do consumo familiar.

Para a determinação da estrutura de consumo da população de baixa renda utilizou-se a estrutura de ponderação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), baseada em pesquisa de orçamentos familiares realizada em 1987/88, e que se refere a famílias com rendimento de 1 a 8 pisos salariais. Tanto a atualidade destas informações como a faixa de renda representada - mais ampla que a da população considerada, incorporando perfis de consumo relacionados a rendimentos mais elevados, para onde devem se deslocar os da faixa de referência - justificam sua utilização. Alguns ajustes foram feitos de modo a compatibilizar esta estrutura, que está a preços de consumidor, para o mesmo nível de valoração da produção.

A estimativa do consumo indireto da população de baixa renda - insumos incorporados aos bens e serviços consumidos diretamente - utilizou a matriz de relações intersectoriais de 1980, última disponível para a economia brasileira. Apesar das limitações inerentes à utilização de modelos de insumo/produto - coeficientes técnicos fixos, não consideração de economias de escala ou de variações nos preços relativos, etc., não há metodologia alternativa.

Os principais resultados obtidos estão contidos na Tabela 1. A identificação dos setores críticos, ou seja, aqueles passíveis de constituir pontos de estrangulamento na hipótese de au

mento do consumo da população de baixa renda, baseia-se na última coluna da tabela, que mostra o peso relativo do consumo direto e indireto estimado na produção de cada setor. A ampliação necessária na produção dos setores que destinam uma grande parcela de sua produção à faixa considerada exigiria taxas de crescimento maiores do que naqueles onde o peso deste consumo é marginal: para atender a um acréscimo de 10% neste consumo, seria necessário um crescimento quase que equivalente no abate de aves (cerca de 9%) e de apenas 0,2% na automobilística, por exemplo.

A Tabela 2 mostra a ordenação dos principais setores críticos, cuja hierarquia independe da população considerada, sendo função da estrutura de consumo adotada. As Tabelas 3 e 4 agregam as informações por complexo, referindo-se este última apenas aos segmentos da indústria de transformação, analisados a seguir.

Algumas observações e esclarecimentos quanto à qualidade das estimativas realizadas constam de Anexo ao final do texto.

ANÁLISE DOS SETORES CRÍTICOS

Considerando a partição da economia brasileira em seis complexos industriais, pode-se ver nas Tabelas 3 e 4 que o complexo mais relevante no consumo da população de baixa renda é o agroindustrial, mesmo quando se considera apenas a indústria de transformação. Na estrutura de produção nacional este também é o complexo de maior valor, caindo entretanto para o terceiro lugar, atrás do metal-mecânico e do químico, quando se excluem as atividades primárias. O maior descompasso entre as estruturas de produção e de consumo da população de baixa renda se dá no complexo têxtil, segundo em importância no consumo, em qualquer critério, e que na produção supera apenas o complexo papel e gráfica e o beneficiamento de minerais não-metálicos. Em terceiro lugar no consumo está o complexo químico, cuja relevância aumenta sensivelmente quando se consideram os efeitos indiretos, sendo tipicamente um complexo de base na economia. Com relação à metal-mecânica, primeiro complexo na estrutura de produção industrial, dois fatores reduzem sua importância no consumo das famílias de baixa renda: por um lado, a maior parte da produção de indústrias como a auto-

mobilitária, de eletrodomésticos e outras se destina às classes de rendas mais elevadas; por outro, o consumo tal como considerado neste estudo não inclui os bens de capital necessários à produção, restringindo-se ao consumo corrente. Os requerimentos quanto à máquinas e equipamentos dependem do nível de utilização da capacidade instalada, de sua produtividade e de vários outros fatores que não podem ser facilmente incluídos num modelo geral e simplificado como este. O desempenho do segmento produtor de bens de capital é, no entanto, fundamental quando de analisam as possibilidades de ampliação da produção de qualquer setor industrial.

Do ponto de vista da participação do consumo direto e indireto da população de baixa renda na produção, o complexo têxtil é o que se mostra mais crítico, destinando cerca de 60% de sua produção à faixa da população considerada. Já o complexo agroindustrial, apesar de seu peso absoluto no consumo, não se mostra tão crítico, destinando cerca de 1/3 de sua produção às famílias de baixa renda. As exportações absorvem diretamente parcelas significativas de alguns produtos de maior valor da produção (café em grão e tortas e farelos de sementes oleaginosos, por exemplo), incorporando ainda indiretamente grande parte da produção de produtos agrícolas relevantes, como soja e café em coco.⁽⁷⁾ Para outros produtos do complexo - álcool e laticínios, por exemplo - a produção se destina em grande proporção ao consumo das classes de rendas mais altas. Há ainda produtos que combinam estes dois destinos -- como fumo e sucos e conservas --, o que reduz o peso do consumo da população de baixa renda no total da produção. Supondo que os aumentos neste consumo não sejam acompanhados de elevações equivalentes nas exportações nem no consumo das famílias de rendimentos mais altos (havendo realmente melhoria na distribuição de renda), o esforço de ampliação da produção nestes segmentos seria relativamente marginal, não constituindo setores críticos na ocorrência desta situação.

1. COMPLEXO TÊXTEL

Constituem o complexo têxtil as atividades de beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras naturais, artificiais e sintéticas, malharias e outras indústrias têxteis, fabricação de arti-

TABELA 1

EM MILHÕES DE REAIS - 1999

SETORES	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	EXPORTAÇÕES	CONSUMO DIRETO DA FAIXA	CONSUMO INDIRETO DA FAIXA	CONSUMO DIRETO	CONSUMO INDIRETO	CONSUMO TOTAL
100 AGRICULTURA	49970	801	4540	13790	0.00	0.16	0.31
210 EXTRACAO MINERAIS METALICOS	3041	1099	*	13	0.26	0.00	0.00
220 EXTRACAO MINERAIS N° METALICOS	944	169	0	154	0.10	0.00	0.14
310 EXTRACAO PETROLEO	5702	*	*	227	0.00	0.00	0.00
320 EXTRACAO CARVAO	360	16	0	33	0.01	0.00	0.00
410 FABR. CIMENTO	1749	3	*	44	0.00	0.00	0.00
420 FABR. ESTRUTURAS CIMENTO	1192	*	0	26	0.00	0.00	0.00
430 FABR. VIDRO	1072	269	33	196	0.25	0.00	0.10
440 FABR. PROD. MINERAIS N° METALICOS	2924	176	45	240	0.06	0.00	0.00
510 SIDERURGIA	13020	3308	5	1146	0.25	0.00	0.00
610 METALURGIA N° FERROSOS	4545	1570	3	473	0.30	0.00	0.10
710 FABR. FUNDIDOS ACO	2000	47	2	194	0.02	0.00	0.00
720 FABR. OUTROS PROD. METALURGICOS	3494	527	235	1105	0.15	0.00	0.34
810 FABR. MAQUINAS	9605	1470	43	465	0.15	0.00	0.05
820 FABR. TRATORES	1077	302	3	20	0.20	0.00	0.01
910 MANUTENCAO MAQUINAS	2741	7	7	507	0.00	0.00	0.10
1010 FABR. EQUIP. ENERGIA ELETRICA	1095	50	4	39	0.05	0.00	0.04
1020 FABR. MATERIAL ELETRICO	2612	229	62	295	0.00	0.00	0.11
1030 FABR. ELETRODOMESTICOS	2512	370	761	819	0.15	0.30	0.33
1110 FABR. MATERIAL E EQUIP. ELETRONICO	2990	230	162	421	0.00	0.00	0.14
1120 FABR. TV, RADIO, SOM	2000	303	547	571	0.19	0.27	0.20
1210 IND. AUTOMOBILISTICA	6390	1409	63	103	0.23	0.01	0.02
1310 FABR. AUTOPECAS	6409	559	22	702	0.00	0.00	0.12
1320 IND. NAVAL	502	65	1	24	0.10	0.00	0.05
1330 FABR. VEICULOS FERROVIARIOS	407	44	0	46	0.11	0.00	0.11
1340 FABR. OUTROS VEICULOS	1202	753	225	204	0.63	0.20	0.24
1410 IND. MADEIRA	2000	420	10	443	0.15	0.00	0.15
1420 IND. MOBILIARIO	2167	41	700	050	0.00	0.30	0.40
1510 FABR. CELULOSE	1405	590	0	106	0.40	0.00	0.13
1520 FABR. PAPEL	4700	506	102	1271	0.10	0.00	0.26
1530 EDITORIA E GRAFICA	3022	42	610	1000	0.01	0.10	0.20
1610 IND. BORRACHA	2415	365	32	001	0.11	0.00	0.20
1710 FABR. ELEMENTOS QUIMICOS	2270	503	14	400	0.20	0.01	0.21
1720 FABR. ALCOOL	5410	22	77	414	0.00	0.01	0.00
1810 REFINO PETROLEO	20350	090	190	3776	0.04	0.01	0.19
1820 PETROQUIMICA	6245	326	10	1079	0.05	0.00	0.17
1830 FABR. RESINAS	4703	761	3	1370	0.16	0.00	0.29
1910 FABR. ADUBOS	2319	0	1	1201	0.00	0.00	0.50
1920 FABR. QUIMICOS DIVERSOS	6330	305	314	1466	0.06	0.00	0.23
2010 IND. FARMACEUTICA	2346	79	1012	1272	0.00	0.40	0.54
2020 IND. DE PERFUMARIA	2275	42	1000	1056	0.00	0.44	0.46
2110 FABR. LAMINADOS PLASTICOS	1102	10	10	293	0.00	0.01	0.27
2120 FABR. ARTIGOS PLASTICOS	2759	40	49	690	0.01	0.00	0.25
2210 FIACAO E TECELAGEM NATURAIS	6450	592	195	3304	0.00	0.00	0.51
2220 FIACAO E TECELAGEM ARTIFICIAIS	2423	39	147	1445	0.00	0.00	0.60
2230 OUTROS TEXTeis	4050	326	1643	2774	0.00	0.40	0.60
2310 FABR. ARTIGOS DE VESTUARIO	4311	150	4191	4256	0.04	0.00	0.09
2410 IND. COUROS	1714	343	12	460	0.20	0.01	0.27
2420 FABR. CALCADOS	3415	1202	1056	1064	0.35	0.54	0.55
2510 IND. CAFE	2250	1204	309	659	0.50	0.17	0.20
2610 BENEF. ARROZ	1527	7	600	695	0.00	0.40	0.46

TABELA 1
(CONTINUAÇÃO)

EM MILHÕES DE REAIS - 1999

SETORES	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	EXPORTAÇÕES	CONSUMO DIRETO DA FAIXA	CONSUMO INDIRETO DA FAIXA	CONSUMO DIRETO	CONSUMO INDIRETO	CONSUMO TOTAL
2620 MOAGEM DE TRIGO	1001	*	70	306	0.00	0.00	0.30
2630 FABR. SUCCOS, CONSERVAS	2947	1102	265	340	0.27	0.00	0.10
2640 BENEF. OUTROS VEGETAIS	1035	452	233	370	0.25	0.10	0.24
2650 IND. DO FUMO	1535	525	303	375	0.34	0.20	0.24
2710 ABATE, EXCLUSIVE AVES	6277	731	2630	2405	0.10	0.40	0.54
2720 ABATE AVES	1210	251	901	1057	0.21	0.01	0.07
2810 IND. DE LATICINIOS	3503	7	1356	1999	0.00	0.00	0.56
2910 IND DO ACUCAR	2930	174	444	946	0.05	0.10	0.30
3010 FABR. OLEOS EM BRUTO	5006	1955	43	614	0.20	0.01	0.10
3020 REFINO OLEOS	1970	325	320	495	0.16	0.10	0.20
3110 FABR. SACOS	1463	100	07	906	0.07	0.00	0.07
3120 FABR. OUTROS ALIMENTARES	4263	239	1750	1976	0.06	0.41	0.46
3130 IND. DE BEBIDAS	1905	42	414	947	0.00	0.00	0.00
3210 FABR. PROD. DIVERSOS	2060	476	944	1096	0.17	0.30	0.40
3310 PROD., DISTRIBUICAO ENERGIA ELETRIC	10660	*	543	1050	0.00	0.00	0.17
3320 UTILIDADES PUBLICAS	1395	*	695	740	0.00	0.50	0.54
3410 CONSTRUCAO CIVIL	44705	*	0	757	0.00	0.00	0.00
3510 COMERCIO	43490	*	0750	12707	0.00	0.20	0.20
3610 TRANSP. RODUVIARIO	17255	*	3000	5737	0.00	0.20	0.20
3620 TRANSP. FERROVIARIO	1701	*	145	277	0.00	0.00	0.16
3630 TRANSP. HIDROVIARIO	3769	*	32	204	0.00	0.01	0.00
3640 TRANSP. AEREO	3703	*	55	195	0.00	0.01	0.00
3710 COMUNICACOES	5277	*	140	474	0.00	0.00	0.00
3810 SEGUROS	2601	*	75	311	0.00	0.00	0.10
3820 INSTITUICOES FINANCEIRAS	33317	*	3	007	0.00	0.00	0.00
3910 ALOJAMENTO E ALIMENTACAO	11723	*	4615	4966	0.00	0.30	0.42
3920 SERVICOS REPARACAO	10950	*	1765	2404	0.00	0.16	0.20
3930 SERVICOS AS FAMILIAS	5665	*	906	1092	0.00	0.16	0.10
3940 SAUDE MERCANTIL	9900	*	1171	1219	0.00	0.10	0.10
3950 EDUCACAO MERCANTIL	5000	*	042	042	0.00	0.17	0.17
4010 SERVICOS AS EMPRESAS	17016	*	170	1703	0.00	0.01	0.10
4020 ALUGUEL BENS MOVEIS	1990	*	6	270	0.00	0.00	0.14
4110 ALUGUEL IMOVEIS	30642	*	2656	3306	0.00	0.00	0.11
4210 ADMINISTRACAO PUBLICA	24750	*	324	553	0.00	0.01	0.00
4220 SAUDE PUBLICA	3901	*	31	32	0.00	0.01	0.01
4230 EDUCACAO PUBLICA	7631	*	0	0	0.00	0.00	0.00
4310 SERVICOS N° MERCANTIS	6102	*	692	692	0.00	0.11	0.11
4410 DUMMY* REPARACAO	2145	*	0	401	0.00	0.00	0.10
4510 DUMMY* EMPRESAS	19575	*	0	4100	0.00	0.00	0.21

FONTES: IBGE E CADEX.

TABELA 2

DEFINICAO DOS SETORES INDUSTRIAIS POTENCIALMENTE CRITICOS

CONSUMO DIRETO E INDIRETO		CONSUMO DIRETO	COMPLEXO
1	FABR. ARTIGOS DE VESTUARIO	1	TEXTIL
2	ABATE DE AVES	2	AGROINDUSTRIAL
3	OUTROS TEXTETIS	8	TEXTIL
4	FABR. RACOES	27	AGROINDUSTRIAL
5	FIACAO E TECELAGEM ARTIFICIAIS	26	TEXTIL
6	IND. DE LATICINIOS	10	AGROINDUSTRIAL
7	FABR. DE CALCADOS	3	TEXTIL
8	ABATE EXCLUSIVE AVES	6	AGROINDUSTRIAL
9	IND. FARMACEUTICA	5	QUIMICO
10	FABR. ADUBOS		QUIMICO
11	FIACAO E TECELAGEM NATURAIS	31	TEXTIL
12	IND. DE BEBIDAS	15	AGROINDUSTRIAL
13	IND. DE PERFUMARIA	4	QUIMICO
14	FABR. OUTROS ALIMENTARES	7	AGROINDUSTRIAL
15	BENEF. ARROZ	9	AGROINDUSTRIAL
16	FABR. PROD. DIVERSOS	12	
17	IND. MOBILIARIO	11	
18	FABR. OUTROS PROD. METALURGICO	25	METAL-MECANICO
19	EDITORIAL E GRAFICA	18	PAPEL E GRAFICA
20	FABR. ELETRODOMESTICOS	13	METAL-MECANICO
21	IND. DO ACUCAR	21	AGROINDUSTRIAL
22	MOAGEM DE TRIGO	24	AGROINDUSTRIAL
23	IND. CAFE	19	AGROINDUSTRIAL
24	FABR. RESINAS		QUIMICO
25	FABR. TV, RADIO E SOM	14	METAL-MECANICO
26	IND. COUROS	42	TEXTIL
27	FABR. LAMINADOS PLASTICOS	40	QUIMICO
28	FABR. PAPEL	33	PAPEL E GRAFICA
29	REFINO DE OLEOS	20	AGROINDUSTRIAL
30	FABR. ARTIGOS PLASTICOS	34	QUIMICO

TABELA 3

COMPLEXOS	(1)	(2)	(3)	(4)	(2)/(1)	(3)/(1)	(4)/(1)
	VALOR BRUTO DA PRODUCAO	EXPORTACOES	CONSUMO DIRETO DA FAIXA	CONSUMO DIRETO E INDIRETO DA FAIXA			
AGROINDUSTRIAL	99140	7944	14530	29385	0.09	0.16	0.30
METAL-MECANICO	67286	12686	2155	7517	0.19	0.03	0.11
CONSTRUCAO	55556	1046	89	1841	0.02	0.00	0.03
QUIMICO	60922	3407	2641	13752	0.06	0.04	0.23
TEXTIL	22380	2650	8044	14110	0.12	0.36	0.63
PAPEL E GRAFICA	9425	1226	712	2518	0.13	0.08	0.27
OUTROS MOBILIARIO	2167	41	780	858	0.02	0.36	0.40
DIVERSOS	2868	476	944	1196	0.17	0.33	0.42

FONTES: IBGE E CACEX.

TABELA 4

EM US\$ MILHOES

	(1) VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO	(2) EXPORTAÇÕES	(3) CONSUMO DIRETO DA FAIXA	(4) CONSUMO DIRETO E INDIRETO DA FAIXA	(2)/(1)	(3)/(1)	(4)/(1)
INDUSTRIAS							
AGROINDUSTRIA	45167	7138	9990	15593	0.16	0.22	0.25
METAL-MECANICA	63885	11572	2154	7371	0.18	0.03	0.12
CONSTRUCAO	9827	877	88	950	0.08	0.01	0.10
QUIMICA	54219	3407	2641	13525	0.06	0.05	0.25
TEXTIL	22380	2650	8044	14110	0.12	0.36	0.63
PAPEL E GRAFICA	9425	1226	712	2518	0.13	0.08	0.27
OUTRAS							
MOBILIARIO	2167	41	780	858	0.02	0.36	0.40
DIVERSOS	2868	476	944	1196	0.17	0.33	0.42

FONTES: IBGE E CADEX.

gos do vestuário e acessórios, inclusive calçados, e preparação do couro e fabricação de artigos de viagem. Todos os segmentos do complexo, na classificação adotada, estão entre os 30 setores mais críticos (ver Tabela 2), destinando mais de 1/4 de sua produção à população de baixa renda tal como definida. A confecção de artigos do vestuário, a fabricação de calçados e outros têxteis⁽⁸⁾ estão entre os 10 primeiros setores críticos na estrutura do consumo direto, e os insumos para produzi-los - fiação e tecelagem e couros -- passam a incorporar a lista das principais indústrias críticas quando se considera também o consumo indireto.

Em comparações internacionais pode-se ver que o complexo têxtil tende a ter menor peso, tanto na estrutura de produção como na de consumo, nos países desenvolvidos. Estudo das Nações Unidas (Nations Unies, 1985) conclui que o consumo per capita de têxteis é crescente com a renda per capita até que esta atinge cerca de US\$ 3.000, quando se estabiliza. Na Comunidade Econômica Europeia, a participação dos gastos com confecções no consumo familiar passou de 7,4% em 1973 para 5,8% em 1984 (Prochnik, Lisboa e Sedeu, 1989). Isto significa que o complexo têxtil brasileiro deve passar ainda por uma fase de ampliação mais intensa para então apenas acompanhar o crescimento demográfico, a menos que altere sua inserção internacional ou que não se avance nada no sentido de uma melhor distribuição de renda.⁽⁹⁾

Ao contrário da evidência internacional e dos resultados deste trabalho, alguns estudos realizados no Brasil - ver por exemplo Bonelli e Cunha (1983) e Figueiredo (1989) - apontam as indústrias do complexo têxtil como relativamente pouco afetadas frente a uma redução da desigualdade na distribuição de renda. Isto se deve possivelmente ao fato de não levarem em conta efetivamente a elasticidade-renda do consumo. Analisam estruturas de consumo por faixas de renda, adotando o total do consumo como "proxy" da renda, o que implica a hipótese de elasticidade-renda unitária para o total do consumo. Simulações semelhantes às de Bonelli e Cunha, mas incluindo estimativas relativas a poupança, foram feitas por Fernandes (1989); os resultados a que chegou são bastante distintos, e semelhantes aos do presente estudo: tanto a indústria do vestuário como a têxtil se incluem entre os 10 setores mais afetados por uma melhoria na distribuição de renda. A metodologia aqui

adotada, centrada exclusivamente no aumento do consumo da população de baixa renda, prescindindo de estimativas da elasticidade-renda.

O desempenho do complexo têxtil na primeira metade da década de 80 mostra, em todos seus segmentos, ganhos de produtividade de significativos e bastante superiores aos da maioria das indústrias no país (ver Araújo Jr. e outros, 1989). Considerando que este foi dos piores períodos para o complexo têxtil e que sua produção expandiu-se acentuadamente durante o "Plano Cruzado", a produtividade deve ter aumentado ainda mais na segunda metade da década.

Não obstante, há consenso na literatura relativa ao setor quanto a problemas de qualidade em uma de suas matérias primas básicas, o algodão, e à obsolescência do parque instalado. Com relação a este último aspecto, levantamento realizado em 1986 junto a indústrias de fiação, tecelegem, malharias e confecções pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil (in Prochnik e outros, 1989) mostra a pouca difusão de equipamentos mais "modernos" (inovações das décadas de 50 e 60) e máquinas com idades médias superiores a 10 anos, o que é explicado pelo fato do último ciclo de investimentos no complexo ter ocorrido em meados dos 70. Paradoxalmente, as exportações de algodão em pluma expandiram-se a 15% a.a. de 1980 a 1987 e várias empresas do complexo já contam com os equipamentos mais utilizados, com controles eletrônicos, utilizando CAD/CAM, etc., do que resultam processos produtivos mais velozes e produtos de maior qualidade, tal como exigido pelo mercado externo ou segmentos mais sofisticados do mercado interno. Estas mesmas empresas também já adotam as novas técnicas administrativo-organizacionais (just-in-time, controle de qualidade total, etc.). Estas características demonstram um aspecto básico do complexo têxtil nacional, sua heterogeneidade. Ao lado de empresas competitivas convivem firmas completamente arcaicas, cuja modernização seria indispensável no caso de um crescimento sustentado da demanda. Como mostra Prochnik, historicamente é a expansão da procura interna que tem induzido os ciclos de investimento do complexo e sua consequente ampliação de capacidade e modernização.

No conjunto, pode-se considerar que para o complexo têxtil a década de 80 foi efetivamente uma década perdida: embora tenha aumentado a produtividade em todos seus segmentos - possível-

mente em decorrência de uma maior concentração da produção nas firmas mais eficientes - os indicadores da produção física mostram níveis de produção ao final da década inferiores aos de 1980, tanto no gênero têxtil como em vestuário e calçados. Ambos apresentaram taxas fortemente negativas ao início da década, grande expansão em 1984/86, caindo novamente nos últimos anos.

Mais importante para a questão em estudo, a oscilação das taxas de crescimento comprova as possibilidades de adequação do complexo às flutuações da demanda. "No complexo têxtil, o ajuste do estoque de capital ao crescimento da demanda é relativamente rápido e 'suave'. O processo de crescimento não apresenta, em princípio, razões para a ocorrência de descontinuidades, porque o acréscimo à capacidade total pode ser feito pela mera justaposição de equipamentos novos ao lado de máquinas antigas. O curto prazo necessário para esta operação, por sua vez, explica a rapidez com que a oferta dos setores pode-se adaptar ao crescimento do consumo" (Prochnik e outros, 1989, p.92).

Deste modo, o complexo potencialmente mais crítico frente a uma melhoria na distribuição de renda não constituiria efetivamente um fator limitativo, dada sua agilidade de resposta a aumentos de demanda.

Finalmente, cabe salientar a importância de um desempenho compatível em todas as etapas das cadeias que compõem o complexo têxtil. Para que a indústria do vestuário ou malharias possam aumentar seus níveis de competitividade e de produção é necessário que os insumos fornecidos pelas indústrias de fiação e tecelagem sejam compatíveis. Esta visão já existia entre os empresários do complexo que, mesmo antes da implantação dos Programas Setoriais Integrados (PSI's), já haviam montado um programa intersetorial conjunto, o que facilitou ser o complexo têxtil o primeiro considerado pela nova política.

2. COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

De acordo com o Banco Mundial (The World Bank, 1988) o Brasil tem o sétimo maior produto agrícola do mundo, situando-se ao mesmo tempo em 60^o lugar no consumo de calorias per capita. Lustosa e Figueiredo (1989) estimam que em 1987 havia cerca de

70 milhões de pessoas com alimentação insuficiente no país. Parece claro, portanto, que no complexo agroindustrial o problema é menos de produção do que de distribuição de renda.

Na verdade, não se tem propriamente um complexo agroindustrial. Reúnem-se neste complexo as atividades agropecuárias -- que compartilham de uma base técnica semelhante e cuja produção é muitas vezes diversificada, dando origem a várias cadeias produtivas -- e as indústrias processadoras destas matérias primas, as agroindústrias, resultando geralmente destas atividades produtos alimentares. Tem-se, assim, um conjunto de cadeias paralelas e bastante independentes, cujos níveis de produção e de competitividade diferem muito entre si. Deste modo, aparecem como críticas, de acordo com a metodologia adotada, algumas cadeias específicas dentro do complexo agroindustrial, ao contrário do complexo têxtil (realmente integrado), onde todos os segmentos têm o mesmo enquadramento.

Salientam-se, na ordenação dos setores críticos (Tabela 2), as cadeias ligadas à pecuária; as quatro indústrias mais críticas do complexo agroindustrial são: abate de aves, rações, laticínios e abate de bovinos e suínos. A evolução do segmento associado à criação de aves foi bastante positiva na década, em grande parte devido à integração das atividades primárias e secundárias, com ganhos de produtividade em ambas. Desde os anos 70, a redução do ciclo de abate, melhor adequação de rações (cuja produção é realizada de forma integrada pelas grandes empresas de abate de aves), controles sanitários e veterinários e modernização de equipamentos originam ganhos de produtividade, incremento sustentado da produção e expansão das exportações. É um setor sem dúvida competitivo atualmente e apto a expandir-se frente a um aumento de demanda.

Ao contrário, as cadeias ligadas à criação de gado bovino parecem efetivamente críticas. Montagner (1989) estima a evolução do efetivo do rebanho, entre 1970 e 1986, em apenas 1,8% a.a., apontando as condições fito-sanitárias e inadequação de rações, especialmente na criação extensiva, como principais causas da baixa produtividade, tanto na produção de leite como na taxa de desfrute do rebanho. Segundo os indicadores do IBGE, o nível da produção de carnes e derivados encontrava-se em 1989 cerca de 10% abai

xo do nível de 1981; foi a única indústria a apresentar desempenho negativo diante da explosão de consumo em 1986. Os índices de produtividade do abate e preparação de carnes mostram-se erráticos, sendo o índice de 1984 inferior ao observado em 1980 e mesmo ao de 1975 (Araújo Jr. e outros, 1989).

A indústria de laticínios apresenta índices de produtividade crescentes, mas é prejudicada pelos problemas de qualidade e disponibilidade do leite "in natura"; em sua expansão e modernização mais recentes foram privilegiados os segmentos de laticínios mais sofisticados (como iogurtes), que apresentavam mercados mais promissores, e que, no entanto, são produtos pouco consumidos pela população de baixa renda. Parecem pequenas as possibilidades de adequação da oferta destes segmentos, a curto prazo, a uma maior procura por carnes e leite pasteurizado (principais produtos consumidos), determinada por uma melhor distribuição de renda. Este ajuste dependeria de uma reestruturação maior do setor, de políticas agrícolas - e possivelmente agrárias - específicas, além de movimentos de reequilíbrio entre preços e custos ao longo das etapas de produção, e mesmo de distribuição, especialmente frente a pressões da demanda.

Quanto à indústria de rações, única dentre as citadas que não consta entre as 10 mais críticas no consumo direto, é a fornecedora de base das demais, colocando-se em 4º lugar quando se consideram os efeitos indiretos do consumo. Trata-se aparentemente de uma indústria competitiva (apresentando ganhos de produtividade e expansão das exportações na década de 80), embora sua produção venha oscilando em função das variações na renda do setor primário. O consumo interno concorre com as exportações, sendo provável que os investimentos mais recentes busquem melhor adequação à demanda externa (a menos da produção cativa de indústrias do abate). Sua expansão para um maior atendimento ao mercado interno não deve, em princípio, encontrar problemas.

A indústria de bebidas é o segmento do complexo agroindustrial que aparece a seguir na ordenação dos setores críticos. De acordo com a estrutura do IPC, a cerveja é o principal produto consumido (56% dos gastos com bebidas), seguindo-se refrigerantes (34%). Estes dois segmentos exigem investimentos de certo vulto e período de maturação relativamente longo, tornando-os de difícil adaptação, no curto prazo, a crescimentos da demanda. Nos úl

timos anos, no entanto, a Sondagem Conjuntural (FGV) aponta um nível de ociosidade na utilização de capacidade de cerca de 20% no gênero bebidas, o que deve permitir certa flexibilidade. A produção, tanto de refrigerantes como de cerveja, manteve-se entre estável e declinante até meados da década (com produtividade também decrescente), ampliando-se daí até o final dos 80. Parte da ampliação do segmento de refrigerantes se deve à introdução e consolidação no mercado nacional de produtos dietéticos, de pouco consumo nas faixas de baixa renda.

As demais indústrias do complexo agroindustrial apontadas como críticas na Tabela 2, a menos do refino de óleos vegetais e açúcar, dependem basicamente do desempenho de lavouras específicas — beneficiamento de arroz, moagem de trigo, torrefação e moagem de café. Mesmo a fabricação de outros produtos alimentares, onde a produção de pães representa o item de maior consumo neste grupamento, depende diretamente da disponibilidade de farinha de trigo. São indústrias de tecnologia simples, cuja possibilidade de expansão é fundamentalmente condicionada ao desempenho do setor primário. As estatísticas demonstram, para a maior parte dos produtos agrícolas, ganhos de produtividade nos anos 80, decorrentes da expansão do uso de técnicas como seleção de sementes, irrigação, adubação mais adequada, etc. Dados os baixos níveis ainda vigentes da utilização destas técnicas e as possibilidades de expansão da fronteira agrícola, principalmente no cerrado, com alta produtividade, a produção de seus insumos primários não deve constituir um fator limitativo à ampliação da oferta dessas indústrias alimentares.

Quanto à indústria do açúcar, além do desempenho da lavoura de cana, seria necessário que se equacionasse de maneira mais ampla e consistente as exportações de açúcar e a produção de álcool frente a uma demanda interna crescente por açúcar. Do mesmo modo, com relação ao refino de óleos vegetais, seria preciso compatibilizar, frente à ampliação do consumo nacional, os níveis de produção e de exportação da indústria de óleos vegetais em bruto e fabricação de tortas e farelos (insumos básicos para rações), segmento industrial que não aparece como setor crítico de vez que grande parte de sua produção destina-se atualmente ao exterior.

Visto em conjunto, o complexo agroindustrial não deve apresentar estrangulamentos intransponíveis face a um aumento no consumo das famílias de mais baixa renda. A agricultura tem apresentado um bom desempenho, derivando suas deficiências basicamente da instabilidade de expectativas (demanda interna oscilante, políticas agrícolas — especialmente de preços mínimos — descontínuas e, no seu segmento mais dinâmico, o flutuante comércio externo de produtos primários), assim como de uma organização insatisfatória da produção. Mesmo em relação à pecuária, setor mais crítico, é importante lembrar que o Brasil tem um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, sendo inadmissível que não possa atender às necessidades de sua população. Quanto às agroindústrias, os segmentos que se modernizaram mais recentemente buscavam principalmente a adequação ao mercado exterior e a nichos do consumo interno, dentro das classes de renda mais elevadas, com o lançamento de produtos novos ou diferenciados através da propaganda. Montagner (1989) observa em relação ao complexo agroindustrial: "Os elementos dinâmicos encontrados indicam o forte papel da demanda externa como direcionador das atividades e a crescente especialização das empresas líderes no atendimento de segmentos da demanda com um padrão de consumo sofisticado" (p.121). O crescimento sustentado da demanda interna decorrente de uma melhoria na distribuição de renda poderia alterar esta situação.

3. COMPLEXO QUÍMICO

O complexo químico se estrutura na economia brasileira com uma base sólida, moderna e competitiva — extração e refino de petróleo e petroquímica, inclusive a fabricação de resinas, fibras e elastômeros — que, entretanto, não consegue se articular plenamente com as indústrias finais. Esta articulação é satisfatória em relação a algumas destas indústrias, cujas tecnologias são mais simples e que utilizam diretamente os produtos das indústrias de base — como plástico, borracha e adubos (que depende também de outra indústria de base do complexo, a fabricação de elementos químicos). É, porém, quase que inexistente em relação à farmacêutica e a vários segmentos das indústrias de perfumaria e de outros

químicos, setor que, na classificação adotada, engloba a fabricação de defensivos agrícolas, tintas e pigmentos, catalisadores, etc. Praticamente inexistente no país a chamada química fina, que constitui o setor de ligação entre a petroquímica — sua principal fornecedora — e estas indústrias finais, principais utilizadores de seus produtos (fármacos, princípios ativos para defensivos agrícolas, tenso-ativos para detergentes, pigmentos, etc.). De um modo geral, as indústrias finais não-integradas, no Brasil como na maioria dos países, são dominados por firmas multinacionais, que importam de suas matrizes os principais insumos.

Na década de 80, a base do complexo químico nacional consolidou-se e expandiu-se, sendo significativo o aumento na produção de petróleo e a instalação do 3º Pólo Petroquímico. As indústrias finais integradas tiveram um desempenho irregular, podendo entretanto retomar seus níveis de produção e eficiência diante de um ambiente geral da economia mais favorável. A maioria das empresas das indústrias finais não-integradas sofreram um processo de deterioração nas condições de competitividade, com a queda dos investimentos externos e redução na produtividade⁽¹⁰⁾.

Dois segmentos do complexo químico aparecem como extremamente críticos quando se considera o consumo direto da população de baixa renda: perfumaria e farmacêutica, que ocupam respectivamente o 4º e 5º lugares na ordenação exposta na Tabela 2. A indústria farmacêutica pode ser tomada como paradigmática das indústrias finais não-integradas do complexo químico. A partir principalmente dos anos 50, as empresas líderes internacionais instalaram no país pontos de distribuição ou de embalagem de medicamentos; enfrentando restrições às importações ou aproveitando a disponibilidade de mão de obra foram internalizando fases finais do processo (formulação), mantendo o vínculo com as matrizes na importação de fármacos básicos, além de completa subordinação tecnológica e operacional. Em 1980, a participação de empresas estrangeiras nas vendas da indústria farmacêutica brasileira era de 71% (Willmore, 1987); as importações de fármacos situam-se, nos últimos anos, em torno de US\$ 200 milhões. O pouco dinamismo da economia nacional na década de 80, a instabilidade financeira, a intensificação do controle de preços internos (diminuindo as vantagens do poder de monopólio vigente em vários segmentos da indústria

farmacêutica), o endividamento externo, a tendência ao redirecionamento dos fluxos internacionais de capital para dentro dos próprios países desenvolvidos, entre outros fatores, levaram à redução dos investimentos a níveis mínimos. Como resultado, o índice de produtividade na indústria farmacêutica caiu cerca de 20% entre 1980 e 84.

A situação da indústria de perfumaria é semelhante, não dominando a indústria local a tecnologia de produção de tenso-ativos ou produtos etoxilados (base para preparações cosméticas), por exemplo, embora a participação estrangeira seja menor do que na indústria farmacêutica.⁽¹¹⁾ A produtividade também declinou na primeira metade da década em torno de 20%, mostrando igualmente perda de eficiência.

Ambas indústrias operam atualmene com cerca de 80% de utilização da capacidade produtiva. Diante de um aumento do consumo das famílias de baixa renda além destes limites, as possibilidades de expansão da oferta, a curto prazo, dependeriam basicamente da decisão das empresas multinacionais em retomarem seus investimentos. A reestruturação do complexo químico nacional a partir do desenvolvimento "para a frente" ao longo da cadeia produtiva por parte das empresas petroquímicas não seria viável a curto prazo e estaria condicionada a políticas específicas.

O complexo químico é caracteristicamente um complexo de base da economia. Assim, quando se consideram, além do consumo direto, os efeitos indiretos deste consumo sobre a produção, vários outros segmentos passam a ser também exigidos. O que aparece como mais crítico na Tabela 2 é a fabricação de adubos, principal insumo exógeno do complexo agroindustrial. O último grande investimento na área de matérias primas para fertilizantes - ponto chave do desempenho do setor - foi realizado em 1982; a situação das finanças públicas combinada a defasagens de preços desde o "Plano Cruzado" tem inviabilizado novos investimentos por parte do maior grupo do setor, a Petrofértil. O consumo crescente já tem levado a aumentos de importações, o que demonstra a incapacidade, a menos que se retomem os investimentos, de uma resposta positiva da produção interna. Trata-se, assim, de uma área efetivamente crítica frente a uma maior demanda.

A fabricação de resinas, fibras e elastômeros é outra atividade potencialmente crítica do complexo químico, fornecendo insumos para o complexo têxtil e para as indústrias de plástico e borracha. É um segmento competitivo, com exportações crescentes na década e plenamente apto a atender um maior consumo. O Plano Nacional de Petroquímica assegura o crescimento equilibrado de toda a base do complexo químico, não devendo realmente constituir um ponto de estrangulamento na ocorrência de um aumento do consumo interno.

Finalmente, aparecem ainda na Tabela 2 os dois segmentos da indústria de plásticos, que ganham maior relevância só no consumo indireto, como fornecedores de embalagens, principalmente, e de peças e artigos de plástico para as demais indústrias. Sendo a transformação de plástico uma atividade de tecnologia simples e uma vez que a indústria poderá dispor de matérias-primas com qualidade, preço e volume adequados, não parece problemática sua resposta a uma demanda crescente.

4. COMPLEXO METAL-MECÂNICO

De acordo com a metodologia adotada, poucos setores do complexo metal-mecânico aparecem como críticos. Seu segmento mais relevante neste conceito ocupa, segundo a Tabela 2, o 18º lugar na hierarquia dos setores críticos; e trata-se de uma indústria altamente heterogênea, a fabricação de outros produtos metalúrgicos, que engloba a produção de todo tipo de artigos e peças de metal, incluindo de estruturas metálicas a painéis. O consumo direto das famílias de baixa renda tem algum peso na produção do setor (utilidades domésticas de metal), mas sua importância é maior como fornecedor de peças para a indústria em geral. É impossível analisar sem maior detalhamento dos produtos efetivamente consumidos indiretamente, mas, por se tratar de um segmento diretamente ligado à base do complexo - siderurgia e metalurgia dos não ferrosos - que é moderna e competitiva, não deve ter problemas na expansão da oferta no caso de uma demanda mais vigorosa.

As outras duas indústrias do complexo metal-mecânico apontadas como críticas são a fabricação de eletrodomésticos e de rá-

dios, televisões e equipamentos de som. Dentro destes segmentos predominam os bens de consumo duráveis realmente de massa, respondendo geladeiras e fogões por mais de 60% do consumo do primeiro e televisões e rádios por mais de 70% do segundo. De acordo com a PNAD-IBGE, mais de 10 dos 32 milhões de domicílios existentes no Brasil em 1987 não dispunham de geladeira. Em 1980, em 44% dos domicílios não existia televisão (Censo Demográfico). Naturalmente, a resolução deste déficit em relação a bens básicos no consumo da sociedade atual não poderá ocorrer a curto prazo. Entretanto, tratam-se de segmentos potencialmente muito dinâmicos, que responderiam favoravelmente a uma maior demanda. O crescimento da produção de bens de consumo durável na época do "milagre brasileiro" (1968/73) foi de 26% a.a., taxa compatível com a duplicação do consumo das famílias de baixa renda, de acordo com os resultados deste estudo. (12)

Coriat e Saboia (1987) analisam o processo brasileiro de "fordização forçada e contrariada", salientando a impossibilidade de um crescimento sustentado, especialmente da indústria de bens de consumo durável, sem uma relação salarial que efetivamente assegure não só a manutenção dos salários reais como a incorporação dos ganhos de produtividade à massa salarial. A expansão desta indústria no período do "milagre" foi viabilizada pela criação artificial de um mercado: "A demanda de bens de consumo durável somente pode ser obtida com base em uma grande distorção na distribuição de renda, resultando no enriquecimento de determinadas camadas minoritárias, em detrimento da maior parte da população... (e de) um intenso desenvolvimento do crédito ao consumidor, dirigido não apenas às classes médias, como também a certos elementos do operariado, de modo a favorecer seu acesso a uma parte dos bens duráveis" (p.7).

Esta análise sugere que, ao contrário de constituir um possível fator limitativo ao aumento dos salários de base da economia, as indústrias de bens de consumo duráveis tiveram seu desenvolvimento prejudicado exatamente pela ausência de um mercado de massa.

Finalmente, cabe ressaltar o papel chave do complexo metal-mecânico na economia como fornecedor dos bens de capital. A

expansão e modernização de qualquer setor industrial dependerá do desempenho deste segmento, foco central da difusão do progresso técnico e da viabilização da ampliação da capacidade produtiva do país. Segundo avaliação do BNDES (1986), a produção local de máquinas têxteis, a menos de alguns equipamentos mais sofisticados, atende satisfatoriamente às necessidades do complexo têxtil, área mais crítica diante de uma melhoria na distribuição de renda. De um modo geral, "a capacidade existente no Brasil, de se produzir os equipamentos de capital necessários à manutenção (e mesmo a um progressivo aperfeiçoamento) da competitividade internacional já alcançada, é bastante significativa, apesar de alguns importantes estrangulamentos (como em microeletrônica, robótica, aviônica, química fina, etc.), que uma política adequada de importações seletivas poderia em grande parte superar" (Tauile, 1986, pg.9). Neste caso seria viável a complementação da oferta interna com equipamentos importados - vários dos quais só admitem escalas internacionais para sua produção econômica -, gerando "choques de produtividade" no sistema como um todo.

5. COMPLEXO PAPEL E GRÁFICA

Tanto a indústria editorial e gráfica como a fabricação de papel, papelão e artefatos se incluem entre os 30 setores mais críticos da economia brasileira, embora com baixas colocações. Dentro do complexo papel e gráfica só a fabricação de celulose não consta da Tabela 2, uma vez que exporta grande parte de sua produção.

Estudo comparando, para várias indústrias, o consumo per capita de países desenvolvidos com o dos em desenvolvimento mostra a maior discrepância no segmento relativo a papel: o consumo dos primeiros é mais de 25 vezes o dos países em desenvolvimento, enquanto que para produtos alimentares, por exemplo, é de 6 vezes (Nations Unies, 1985). Essa relação aponta o potencial de crescimento do complexo papel e gráfica nacional com a melhoria de distribuição de renda e elevação dos níveis educacionais da população brasileira.

A base do complexo - fabricação de celulose e papel - é

inequivocamente competitiva e dotada de grande dinamismo, como demonstra sua acelerada expansão para o exterior, desde meados da década de 70. O segmento final é mais heterogêneo, mas existem várias firmas operando com as tecnologias mais atualizadas e, dispondo de matérias primas adequadas, não deve apresentar problemas no incremento da produção face a um aumento de demanda.

6. OUTRAS INDÚSTRIAS

Nenhuma indústria do complexo construção civil aparece como crítica na Tabela 2. Realmente, o aumento dos salários de base da economia não originaria de imediato uma demanda adicional por imóveis novos. O comportamento da construção civil, núcleo dinâmico do complexo, está menos ligado à renda corrente, especialmente considerando camadas de rendimentos mais baixos, do que a aspectos institucionais mais gerais, como a existência de um sistema de financiamento de imóveis adequado e compatível com os rendimentos da população.

As indústrias de mobiliário e a fabricação de produtos diversos, não consideradas como pertencentes a complexos específicos, são também apontadas como potencialmente críticas na hierarquia da Tabela 2. Os produtos mais relevantes, de acordo com a estrutura do IPC, dentro dos classificados como "produtos diversos" são brinquedos e discos e fitas. A produção de artigos do mobiliário e de brinquedos ocorre tanto em grandes empresas como em unidades artesanais, o que certamente dá grande flexibilidade à oferta. Quanto a discos e fitas, o movimento do consumo das famílias de rendas mais altas em direção aos "compact discs" (CD) deve permitir um ajuste sem maiores problemas.

Por fim, cabe listar as atividades não-industriais enquadradas como potencialmente críticas, ressaltando a maior precariedade das estimativas: agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (cujos principais produtos no consumo direto são o pescado, feijão e frutas), água e esgoto, comércio, transporte rodoviário e serviços de alojamento e alimentação.

CONCLUSÃO

Na maioria dos complexos industriais da economia brasileira, os segmentos mais dinâmicos e que se modernizaram ou mantiveram competitividade na década de 80 privilegiaram a adequação da produção ao mercado externo e a nichos do mercado interno representados pelo consumo das camadas de rendas mais elevadas. Acentuou-se assim no país a consolidação de uma estrutura industrial compatível com uma distribuição de renda concentrada e onde em presas líderes buscam seu dinamismo no comércio externo.

Ratificam estas tendências as transformações em curso na indústria dos países desenvolvidos, onde a saturação do consumo de massa tem levado as empresas a estratégias de diferenciação de produtos, procurando atender diferentes requisitos de qualidade por parte de clientes específicos e encurtando o ciclo de vida dos produtos com constantes inovações marginais. No Brasil, onde o subconsumo da maior parte da população é marcante, associa-se "modernidade" a este tipo de comportamento, deslocando-se mesmo a discussão sobre política industrial e tecnológica para pontos como a produção de automóveis diferenciados e sofisticados no lugar das atuais "carroças".

Não se trata de defender o atraso. Não há dúvida de que é necessário aumentar a eficiência da indústria nacional através das novas tecnologias que reduzem custos (automação industrial, diminuição dos tempos de produção, redução de estoques, descentralização das decisões) e que aumentam a qualidade e confiabilidade dos produtos (sistemas de controle de qualidade, polivalência e maior participação dos trabalhadores na organização do processo produtivo, P & D). Também não se questiona, com relação a vários segmentos de bens de capital, a necessidade da maior atualização tecnológica possível e o desenvolvimento de equipamentos com altos níveis de performance, passíveis de difundir aumentos de produtividade em toda a indústria. O que se discute é a ênfase generalizada na "produção flexível", com diversificação e sofisticação crescente de produtos, num país cuja estrutura produtiva não atende ao mais básico consumo de massa.

São grandes, no entanto, as possibilidades de ajustamen-

to da estrutura produtiva nacional a um maior consumo por parte da população de baixa renda, segundo a análise preliminar realizada neste estudo. Vários setores potencialmente críticos na verdade teriam, aparentemente, condições de responder, mesmo a curto prazo, a aumentos de demanda. É o caso, por exemplo, das indústrias do complexo têxtil, o mais crítico, onde o relativamente baixo valor unitário dos equipamentos e as possibilidades de ampliação gradual da capacidade produtiva permitem, como tem demonstrado a experiência recente, incrementos significativos da produção em curtos espaços de tempo. Outras indústrias, e aqui se enquadram várias do complexo agroindustrial e do papel e gráfica, buscam o mercado externo para se expandir e são atualmente eficientes, plenamente aptas a atender um mercado interno crescente. Em diversas indústrias (incluindo os do complexo têxtil, mobiliário e brinquedos, entre outras), a possibilidade de constituição e rápida entrada no mercado por parte de micro-empresas assegura flexibilidade à oferta. E todas, sendo a produção de bens de consumo duráveis apenas o caso mais óbvio, tiveram seu desenvolvimento prejudicado pelos baixos níveis da demanda interna. A expansão do consumo através do aumento dos salários de base poderia induzir a modernização e crescimento sustentado de toda a indústria nacional.

Há, entretanto, segmentos cuja resposta provável a um aumento de demanda seria o desabastecimento e/ou aumento de preços, tornando seus produtos inacessíveis às famílias de baixa renda. Partindo da avaliação preliminar realizada quanto aos setores potencialmente críticos, restam, como realmente passíveis de constituir estrangulamentos de oferta, frente a uma melhoria na distribuição de renda, as seguintes indústrias:

1. Laticínios (produção de leite pasteurizado)
2. Abate, exclusive de aves, e preparação de carnes
3. Farmacêutica
4. Fertilizantes
5. Perfumaria

Estes setores exigiriam uma ação estruturante por parte do Estado na reorganização de sua produção através de políticas que visem sua modernização efetiva, com aumento de produção e pro

atividade. Não são certamente os segmentos industriais priorizados no discurso de "modernidade" em voga no país, embora a biotecnologia possa ter efeitos nas agroindústrias e na farmacêutica (se dirigida especificamente para estes fins em vez de privilegiar culturas de exportação) e a química fina tenha importância crucial para a evolução da farmacêutica.

Por outro lado, mesmo nos setores onde a resposta da oferta pode ser relativamente rápida, há sempre a possibilidade da reação se dar em termos de aumento de preços e não de quantidades. Entretanto, o fato dos setores potencialmente críticos serem basicamente concorrenciais, com baixas barreiras à entrada no mercado, constitui uma certa garantia de que, diante de uma demanda sustentadamente ascendente, a resposta final será um aumento de oferta.

Esta característica, aliás, pode constituir mais um obstáculo à melhoria da distribuição de renda no país. Além da previsível resistência dos empresários a uma modificação na distribuição funcional de renda, outro problema pode estar na mudança da correlação de forças entre os setores oligopolizados — responsáveis historicamente pela dinâmica da indústria brasileira e beneficiários tradicionais da "privatização do Estado" — e os setores concorrenciais e a economia informal. (13)

O quadro sinótico apresentado a seguir resume os principais resultados do estudo.

QUADRO SINÓTICO

Complexo	Indústrias potencialmente críticas	Possibilidade aparente de expansão da produção	Justificativa
Têxtil	Vestuarium		Possibilidades de investimentos descontinuados, ganhos de produtividade na década, inexistência de barreiras à entrada, experiência recente mostrando agilidade de resposta.
	Outras têxteis	positiva	
	Fiação e tecel artif	positiva	
	Calçados	positiva	
	Fiação e tecel natur	positiva	
Agroindustrial	Abate de aves	positiva) Expansão recente da produção com vistas ao mercado externo, modernização.) Problemas na pecuária e na organização geral da cadeia. Existência de capacidade ociosa, realização de investimentos recentemente.
	Macões	positiva	
	Laticínios	negativa	
	Abate excl aves	negativa	
	Bebidas	positiva	
	Outros alimentares	positiva	
	Beneficiamento arroz	positiva	
	Açúcar	positiva	
	Moagem de trigo	positiva	
	Café	positiva	
Refino óleos vegetais	positiva		
Químico	Farmacêutica	negativa) Tecnologias complexas, queda investimento e produtividade ligada a retração do capital estrangeiro. Produção já insuficiente, queda investimentos ligada a problemática das estatais.) Matérias primas competitivas (petroquímica), tecnologias simples/dominadas.
	Perfumaria	negativa	
	Fertilizantes	negativa	
	Resinas	positiva	
	Laminados plásticos	positiva	
Metal-mecânico	Outros metalúrgicos	positiva) Matérias primas competitivas (siderurgia, metalurgia dos não-ferrosos), tecnologia simples.) Tecnologia difundida, experiência do período do "milagre" mostrando agilidade de resposta.
	Eletrrodomésticos	positiva	
	TV, rádio e som	positiva	
Papel e Gráfica	Editorial e gráfica	positiva) Matérias primas competitivas (celulose, papel), produtividade crescente, capacitação tecnológica.
	Papel e artefatos	positiva	

NOTAS

- (1) Salários industriais médios, em dólares por hora, de alguns países, em 1986: Brasil, 1,60; EUA, 13,21; Japão, 9,47; Alemanha Ocidental, 13,85; Itália, 10,01; Espanha, 6,47; Grécia, 4,09 (Boletim do DIEESE, ano VII, setembro, 1988).
- (2) Em 1988, 41% dos empregados não tinha carteira assinada e 31% das pessoas de mais de 10 anos ocupadas ou trabalhava por conta própria ou não recebia remuneração (IBGE, PNAD-1988).
- (3) Ver Araújo Jr e outros (1989) para estimativas da produtividade de por setores industriais e Ramos (1988) para a indústria paulista, onde o acréscimo estimado de produtividade entre 1975 e 1985 (após o período do "milagre") foi de cerca de 40%.
- (4) A ampliação da oferta de produtos de consumo de massa através de importações não é considerada, uma vez que exigiria uma reestruturação muito mais ampla de modo a viabilizar, via exportações, a obtenção do volume necessário de divisas, supondo-se ainda resolvida a questão da dívida externa. Mesmo que viável, drenaria para fora do sistema os impactos de um crescimento endógeno e sustentado de produção e renda.
- (5) A política pressuposta elevaria gradualmente o piso nacional de salários e o crescimento da produção derivado da maior demanda iria levando à incorporação das parcelas hoje marginalizadas da população. Políticas paternalistas e excludentes, como o fornecimento de cestas de alimentação, prescindem de análises do tipo da desenvolvida neste estudo, exigindo apenas compatibilização da produção com relação aos produtos pré-definidos.
- (6) Quanto ao consumo intermediário, item de maior valor, ver Araújo Jr (1989) que, a partir da comparação das matrizes de 1970, 75 e 80, período onde teriam ocorrido as maiores transformações na estrutura industrial brasileira, ressalta, entretanto, a grande estabilidade nas relações intersetoriais.

- (7) Os coeficientes de exportação apresentados nas tabelas, de apenas 2% na agropecuária, restringem-se às exportações diretas.
- (8) Neste segmento, de acordo com a estrutura do IPC, cerca de 60% do consumo diz respeito a roupas de malha, seguindo-se em importância roupas de cama, mesa e banho.
- (9) Numa estimativa bastante grosseira, para atender a toda a população atual (incluindo os hoje marginalizados) com um consumo per capita semelhante ao dos países desenvolvidos, o complexo têxtil deveria triplicar seus atuais níveis de produção.
- (10) Para o desenvolvimento destes pontos ver Haguenaer (1989).
- (11) Willmore (1987) estimou em 53% a participação de firmas estrangeiras na indústria de perfumaria em 1980. Recentemente, no entanto, a principal firma nacional na produção de artigos de perfumaria (Phebo) foi comprada pela líder internacional do setor, que ainda não tinha entrado diretamente no mercado brasileiro.
- (12) Em 1986, a produção do setor produtor de equipamentos para escritório e uso doméstico (onde se incluem geladeiras e fogões) foi 25% maior que a do ano anterior, e a de televisões, rádios e equipamentos de som 35% (indicadores de produção industrial, IBGE).
- (13) Este aspecto é desenvolvido por Veiga (1988) na análise da deterioração do Plano Cruzado.

N O T A

Este estudo foi concebido antes das eleições de 1989 e basicamente concluído antes da divulgação do "Plano Collor". A recessão e imobilização de investimentos esperados, assim como a previsível retomada a partir do mercado externo e da "abertura das torneiras de liquidez" aos setores oligopolizados, clientela habitual dos bancos oficiais, não invalidam os resultados obtidos, a menos que o país entre realmente numa depressão, com destruição de capacidade produtiva. Ficam mais longínquas, entretanto, as perspectivas de se construir uma estrutura industrial compatível com um melhor padrão de vida da população brasileira, embora a corrosão do poder aquisitivo dos salários pela inflação não viabilizasse também esta construção.

A N E X O

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ESTIMATIVAS

Como observação geral, as informações relativas a serviços são bastante precárias no Brasil e, se seu nível de imprecisão é elevado para o ano de referência, os indicadores de sua evolução, especialmente no grau de desagregação apresentada, tornam as projeções para 1988 ainda menos confiáveis. Não foram feitas estimativas quanto à exportação de serviços. Para os demais segmentos, os resultados obtidos parecem de modo geral consistentes, com algumas exceções relevantes. Dos 136 produtos considerados, em 6 casos o consumo estimado para a população de baixa renda superou o total do consumo pessoal projetado. Destes, 3 apresentaram diferenças desprezíveis tendo, ademais, baixos valores de consumo - outros veículos, tintas e rações (alimentação de animais domésticos). Os outros 3 são exatamente os apontados na hierarquia como os setores mais críticos. O quadro abaixo mostra as discrepâncias observadas.

PRODUTO	VALOR DA PRODUÇÃO	CONSUMO FAMILIAR TOTAL (1)	CONSUMO DIRETO BAIXA RENDA (2)	DISCREPÂNCIA (%) (2) - (1) / (1)
Vestuário	4.219	3.870	4.176	7,9
Outros têxteis	4.029	1.483	1.729	16,6
Aves abatidas	1.633	1.160	1.367	17,8

Quanto ao setor outros têxteis, onde o consumo final apresenta uma proporção pequena da produção, pode ter ocorrido uma mudança na estrutura interna da produção do setor, aumentando o peso das malharias integradas (difusão do uso de camisas de malha), passando o setor a destinar menos de sua produção ao consumo intermediário. Entre 1984 e 88 o segmento outros têxteis cresceu 20% enquanto a indústria de vestuário caía 5%, o que pode indicar substituição de roupas confeccionadas com tecido por artigos do vestuário de malha. Neste caso, o erro estaria na estimativa do consumo familiar total, praticamente sem consequências para o estudo.

Tanto em relação a este setor como a vestuário, o consumo pode estar um pouco distorcido pelo aumento de seus preços re-

lativos entre os anos de 1984 (estrutura de produção) e 1987/88 (estrutura de consumo). Por outro lado, as estimativas quanto ao consumo intermediário associado ao consumo direto das famílias de baixa renda parecem consistentes: participação de cerca de 50% na fiação e tecelagem natural, que exporta 10% de sua produção, e de 60% na fiação e tecelagem de fios artificiais e sintéticos, atividade pouco exportadora. É provável, portanto, que a maior deficiência se encontre na estimativa do valor da produção daqueles setores, especialmente vestuário, seja no ano base (Pesquisa Industrial) ou no seu índice de evolução (indicadores de produção física do IBGE), seja na estimativa da produção informal. Quanto ao primeiro aspecto, por se tratar de setores muito atomizados, seu acompanhamento em pesquisas por amostragem pode ser prejudicado; quanto ao segundo, a estimativa se baseou na proporção observada em 1980 (novo sistema de contas nacionais), podendo ter ocorrido um aumento na participação da produção informal.

Este último fator pode também explicar a discrepância observada no abate de aves, caso em que estudos indicam o aumento do abate clandestino, podendo ter também ocorrido ampliação na produção de subsistência. O menor preço relativo das aves torna este setor o principal fornecedor de proteína animal às famílias de baixa renda, não sendo improvável que o peso de seu consumo na produção supere mesmo sua participação na população (superior a 80%).

Optou-se por não alterar os valores inicialmente estimados tendo em vista a arbitrariedade em que necessariamente se incorreria na correção. As evidências quanto ao consumo intermediário indicam pesos superiores a 60% para vestuário e outros têxteis e seguramente a faixa da população considerada é relevante na produção de aves abatidas. Dada a distância destes pesos com relação aos demais setores industriais, pode-se afirmar que sua posição na hierarquia como os 3 principais setores críticos não deve diferir muito da apresentada na Tabela 2. É possível que em outros setores também haja subestimativa da produção, mas apenas nos segmentos efetivamente críticos as inconsistências ficam evidentes.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO JR, J.T. - Os mercados intersetoriais da economia brasileira nos anos 70, mimeo, 1989.
- e outros - "Proteção, competitividade e desempenho exportador da economia brasileira nos anos 80", Revista Brasileira de Comércio Exterior nº 26, nov/dez.1989.
- BNDES - "Proposta de políticas para apoio à modernização e expansão do setor têxtil", Estudos BNDES nº 1, maio, 1986.
- BONELLI, R. e CUNHA, P.V. - "Distribuição de renda e padrões de crescimento: um modelo dinâmico da economia brasileira", Pesquisa e Planejamento Econômico, 13(1), abril, 1983.
- CORIAT, B. e SABOIA, J. - "Régime d'accumulation et rapport salarial au Brésil - un processus de fordisation forcée et contrariété", Texto para Discussão nº 122, 1987.
- FERNANDES, C.L.L. - "Impactos de mudanças no padrão de distribuição de renda sobre emprego, produto e outras variáveis macroeconômicas: um estudo de caso para a economia brasileira", Revista Brasileira de Economia, FGV vol. 43(3), jul/set/1989.
- FIGUEIREDO, J.B.B. - "Exportações, consumo pessoal e estrutura de produção: algumas simulações para o Brasil", Texto para Discussão nº 206, IEI/UFRJ, 1989.
- HAGUENAUER, L. - "Competitividade no complexo químico nacional; primeira aproximação", Texto para Discussão nº 225, IEI/UFRJ, 1989.
- LUSTOSA, T.Q.O. e FIGUEIREDO, J.B.B. - "Pobreza no Brasil: métodos de análise e resultados", Texto para Discussão nº 205, IEI/UFRJ, 1989.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO - Índices de salários de contratação, mimeo, outubro, 1988.

- MONTAGNER, P. - Agroindústria: evolução de um instrumento analítico, Tese de Mestrado, IE/UNICAMP, 1989.
- NATIONS UNIES, L'industrie dans les années 80. Changement structurel et interdépendence, 1985.
- PROCHNIK, V., LISBOA, N. e SEDEU, T.- Perspectivas para o complexo têxtil brasileiro, mimeo, 1989.
- RAMOS, C.A. - "Salários reais e política salarial: conjecturas", Texto para Discussão n. 10, Ministério do Trabalho, julho 1988.
- SEDLACEK, L.G. e BARROS, R.P., ed. - Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea, IPEA/INPES, RJ, 1989.
- TAUILE, J.R. - "Notas sobre tecnologia, trabalho e competitividade no Brasil", Texto para Discussão n° 160, 1988.
- e YOUNG, C.E.F. - Distribuição de renda e política industrial, mimeo, set/1989.
- VEIGA, P.M. - "Notes sur l'analyse des formes institutionnelles de la régulation au Brésil: le rapport salarial et les rapports état-économie", Texto para Discussão Interna n.14, FUNCEX, junho/1988.
- WILLMORE, L.N. - "Controle estrangeiro e concentração na indústria brasileira", Pesquisa e Planejamento Econômico, n° 1(17), 1987.
- The World Bank, World Development Report, 1988.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

- | | Nº de páginas |
|--|---------------|
| 228. AZEREDO, Beatriz. <u>Da Previdência à Seguridade Social: Os Perigos da Transição</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 228). | 29 |
| 229. FERRAZ, João Carlos; CAMPOS, Nauro; YOUNG, Carlos Eduardo F. <u>Trajatórias de Crescimento e a Modernização da Indústria Brasileira: Um Cenário para a Década de 90</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 229). | 67 |
| 230. VIANNA, Maria Lúcia Werneck; OLIVEIRA, Isabel A. Ribeiro de. <u>Considerações Preliminares Sobre a Questão do Parlamentarismo no Brasil</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 230). | 33 |
| 231. MAGALHÃES, Maria Alice E. de. <u>Notas Preliminares Sobre a Crise do Sistema de Proteção Social na Itália</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 231). | 29 |
| 232. FIORI, José Luís. <u>Leitura Política de uma Industrialização Tardia</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão 232). | 31 |
| 233. ARAÚJO JR. José Tavares de. <u>A Política Comercial Brasileira e a Integração Latinoamericana</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 233). | 32 |
| 234. FIORI, José Luis. <u>Para repensar o papel do estado sem ser um neo-liberal</u> . IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 234). | 25 |
| 235. HAUENAUER, Lia. <u>Estrutura Industrial e Distribuição de Renda</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 235). | 40 |